

LIVRO DE RESUMOS

COLÓQUIO
INTERNACIONAL
DAS VELAS

O ATLÂNTICO IBERO-AMERICANO
(SÉCULOS XV A XX)
HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA VISUAL

SALA DO CABIDO DA MISERICORDIA DAS VELAS
MUSEU FRANCISCO DE LACERDA | CALHETA

26-28 SETEMBRO
2024

SÃO JORGE | AÇORES

APOIOS



VICE-PRESIDÊNCIA
DO GOVERNO

fct

ASPAR
FRUTUOSO
PREMIÇÃO

ORGANIZAÇÃO



PARCERIAS



FRANCISCO
D/LACERDA

Misericórdia das Velas

*O Atlântico Ibero-Americano (séculos XV a XX).
História, Memória e Cultura Visual*

*O Atlântico Ibero-Americano (séculos XV a XX).
História, Memória e Cultura Visual*



COLÓQUIO INTERNACIONAL
O Atlântico Ibero-Americano (séculos XV a XX).
História, Memória e Cultura Visual

Velas, S. Jorge, Açores
26 a 28 de setembro de 2024

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alexandra Baixinho (CHAM)
Avelino de Freitas de Meneses (CHAM)
Duarte Nuno Chaves (CHAM)
Isabel Soares Albergaria (CHAM)
João Paulo Oliveira e Costa (CHAM)
Susana Goulart Costa (CHAM)
Teresa Lousa (CHAM)

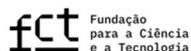
COMISSÃO ORGANIZADORA

Alexandra Gomes (MFL/DRC)
António Nunes (SCMV)
Duarte Nuno Chaves (CHAM)
Joana Martins (CHAM)
Rosa Cristina Lima (DRC)

Organização



Apoios



Parcerias



SUMÁRIO

Apresentação	p. 4
Entidades Promotoras	p. 4
Comissões Científica e Organizadora	p. 4
Programa	p. 6
Nota introdutória	p. 8

Conferência de abertura

<i>José Esteves Pereira</i>	p. 10
-----------------------------	-------

Resumos

<i>Ana Cláudia Silveira</i>	p.12
<i>Leticia Vieira Braga da Rosa</i>	p.13
<i>Gonçalo C. Albuquerque</i>	p.15
<i>Pedro G. Bicudo</i>	p.16
<i>Rita Nascimento</i>	p.17
<i>Margarida Rodrigues Brito de Azevedo</i>	p.18
<i>Filipe Bettencourt</i>	p.19
<i>Carmo Daun e Lorena</i>	p. 20
<i>Sophie Coquelin</i>	p. 21
<i>Wellington Nascimento</i>	p.22
<i>Lélia Pereira da Silva Nunes</i>	p.23
<i>Dinis Manuel Branco Silveira</i>	p.24
<i>Vítor Emanuel T. Reis</i>	p.25
<i>Fátima Silva</i>	p.26
<i>Avelino de Freitas de Meneses</i>	p.27
<i>Assunção Melo</i>	p.28
<i>José Eliézer Mikosz</i>	p.29
<i>Jorge Loureiro Figueira</i>	p.30
<i>Teresa Lousa</i>	p.31

Conferência de encerramento

<i>Gabriel Betancor Quintana</i>	p.33
----------------------------------	------

PROGRAMA

26 de setembro

Sala do Cabido da Misericórdia das Velas

15h00 – SESSÃO DE ABERTURA

15h30 – CONFERÊNCIA DE ABERTURA

José Esteves Pereira. *Portugal e o Atlântico-Memória, Espaço e Prospetiva*

16h00 – PAUSA PARA CAFÉ

1º Painei

Moderação de Duarte Nuno Chaves

16h20 – Ana Cláudia Silveira (Instituto de Estudos Medievais - FCSH /NOVA): *Cartografia e administração dos arquipélagos atlânticos (séculos XV-XVIII)*

16h40 – Letícia Vieira Braga da Rosa (Universidade Feevale/RS); Rachel dos Santos Marques (Instituto Federal Farroupilha; Universidade do Minho); Fátima Silva (Universidade do Minho; Casa de Sarmento|Lab2PT/IN2PAST): *Que casais emigraram da ilha do Pico entre 1747-53? Uma proposta metodológica*

17h00 – Gonçalo C. Albuquerque (CIDEHUS/UE): *Triângulo estratégico do Atlântico: o plano naval de Aires de Ornelas e Vasconcelos (1906-1908)*

17h20 – DEBATE

17h30 – ENCERRAMENTO

27 de setembro

Sala do Cabido da Misericórdia das Velas

2º Painei

Moderação de Avelino de Freitas de Meneses

9h00 – Pedro G. Bicudo (FLUL-Universidade de Lisboa): *Barco tradicional: A imagem marginal*

9h20 – Rita Nascimento (Museu Francisco Lacerda - DRC): *O uso da fotografia como fonte documental para a salvaguarda do património cultural.*

9h40 – Margarida Rodrigues Brito de Azevedo (Museu de Angra do Heroísmo - DRC): *Uma imagem, mil palavras*

10h00 – Filipe Bettencourt (Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's): *Atelier Vicente, de Photographia da Casa Real portuguesa a Museu de Fotografia da Madeira – 159 anos de imagens*

10h20 – DEBATE

10h40 – PAUSA PARA CAFÉ

3º Painei

Moderação de Teresa Lousa

11h00 – Carmo Daun e Lorena (CRIA-NOVA FCSH / IN2PAST): *Imagens de um passado baleeiro: património arquivístico, história e memória das relações atlânticas entre os Açores e Cabo Verde*

11h20 – Sophie Coquelin e Filipe Fernandes (Associação Cultural Terra Baleeira / CM Lajes do Pico): *Documentar os saberes associados ao bote baleeiro.*

11h40 – Wellington Nascimento (CHAM/UAC-NOVA): *Viola(s) da terra dos Açores – Recolha de saberes e práticas.*

12h00 – Lélia Pereira da Silva Nunes (Academia Catarinense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina): *Entrudo: Memória e Identidade Cultural*.

12h20 – DEBATE

12h30 – PAUSA PARA ALMOÇO

4º Painel

Moderação de José Esteves Pereira

14h30 – Dinis Manuel Branco Silveira (Pároco da Matriz de Nossa Senhora do Rosário – Topo): *Convento de S. Diogo da Vila do Topo: o resgate da sua memória*.

14h50 – Vítor Emanuel T. Reis (Museu Francisco Lacerda – DRC): *Imprensa e Religiosidade na Ilha de São Jorge do Século XIX*

15h10 – Fátima Silva (Universidade do Minho, Casa de Sarmento | Lab2PT/IN2PAST) Ricardo Sá Torres (Universidade do Minho): *Os cativos das ilhas do Pico e do Faial: análise das suas trajetórias de vida (séc. XVIII)*.

15h30 – Avelino de Freitas de Meneses (CHAM/UAC-NOVA): *S. Jorge nas vésperas da 2ª Guerra Mundial: o testemunho literário de Mário Vieira*.

15h50 – DEBATE

16h00 – PAUSA PARA CAFÉ

5º Painel

Moderação de Filipe Bettencourt

16h20 – Assunção Melo (CHAM/UAC-NOVA). *Iconografia de São Jorge e do dragão na ilha homónima*

16h40 – José Eliézer Mikosz (CHAM-FCSH – Universidade Nova de Lisboa; CIEBA – FBAUL): *Imaginário psíquico na arte indígena: da curiosidade antropológica à perspectiva decolonial*.

17h00 – Jorge Loureiro Figueira (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra): *Casa Imperial, Corpo Tropical: Dramaturgia e Imaginário Recíproco entre Brasil e Portugal (1985-2017)*.

17h20 – Teresa Lousa (CHAM/UAC-NOVA): *In memoriam: O Espaço Insular e a Autorreflexividade na Pintura de Maria José Cavaco*

17h40 – DEBATE

17h50 – ENCERRAMENTO

28 de setembro

Auditório do Museu Francisco de Lacerda

10h00 – Lançamento do livro “O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900) Arte, História e Património”. Apresentação de Susana Goulart Costa e coordenação de Duarte Nuno Chaves

11h00 – CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Gabriel Betancor Quintana. *Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde: As portas do Atlântico. O património fotográfico da Macaronésia*”.

11h45 – ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

12h00 – Visita à exposição de longa duração do Museu Francisco de Lacerda

NOTA INTRODUTÓRIA

O CHAM Açores - Centro de Humanidades da FCSH da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Velas, realizam o Colóquio Internacional “O Atlântico Ibero-Americano (séculos XV a XX). História, Memória e Cultura Visual”, a concretizar em S. Jorge, Açores, de 26 a 28 de setembro de 2024.

Este evento decorrerá na Sala do Cabido da Misericórdia das Velas, e conta com o apoio da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores e com as parcerias da Câmara Municipal de Velas, Museu Francisco de Lacerda/Direção Regional da Cultura e Casa da Madeira nos Açores.

Paralelamente vão acontecer duas atividades, uma mesa-redonda, no dia 24 de setembro, pelas 18h30, na Casa da Madeira nos Açores, em S. Miguel e o encerramento do evento, com o lançamento do livro *O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900) Arte, História e Património*, no dia 28 de setembro, pelas 10h00, no Museu Francisco de Lacerda, em S. Jorge.

O colóquio decorre na sequência de uma parceria estabelecida pelo CHAM Açores e a Santa Casa da Misericórdia de Velas, obtendo como resultado desta cooperação a concretização, desde 2011, de vários eventos culturais e científicos efetuados, geralmente na ilha de S. Jorge, e de forma pontual em outras ilhas do arquipélago dos Açores, eventos nos quais se tem podido constatar uma avultada assistência de interessados na temática da História Insular e Atlântica .

A realização deste colóquio pretende difundir o trabalho desenvolvido por investigadores no âmbito dos estudos, em torno do mundo insular e atlântico, em particular, da Macaronésia. Gradualmente, o evento foi ganhando uma projeção regional e nacional, bem como dimensão internacional.

Este ano, com a participação de investigadores oriundos de Portugal, Espanha e Brasil, teremos a possibilidade de assistir a comunicações e conferências que assentarão em problemáticas associadas à História do Atlântico e à sua interação com a Memória e a Cultura Visual. Pretende-se potenciar o papel e a importância da imagem, como fonte historiográfica, símbolo da cultura pós-moderna e como reflexo de contextos, sociedades e quotidianos, assuma a centralidade da análise e das reflexões.

São conferencistas convidados, José Esteves Pereira, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Gabriel Betancor Quintana, diretor do Arquivo de Fotografia Histórica das Canárias.

Gratos pelo seu interesse e participação.

A Comissão Organizadora

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Sala do Cabido da Misericórdia das Velas

26 DE SETEMBRO DE 2024

José Esteves Pereira
(CHAM/UAC-NOVA)

Portugal e o Atlântico-Memória, Espaço e Prospetiva

O Atlântico continua a ser para Portugal essencial para a sua existência, identidade e projeto como o foi na altura da afirmação expansionista no contexto ibérico e como é, atualmente, no quadro da União Europeia e da NATO, com desejável bom relacionamento com a Espanha na condição de salvaguarda de legítimos dos respetivos interesses geopolíticos. A conferência aborda uma dimensão espacial e temporal com a preocupação de aludir a momentos marcantes da memória da expansão sem esquecer uma dimensão simbólica da gesta peninsular projetada nas circunstâncias ibero-americanas. Foi este o destino que releva da capacidade melhor ou pior demonstrada em romper a condição de finisterra e afirmar-se, plenamente, no Oceano Atlântico importando, desde logo, levar em linha de conta uma circunstância fundamental. Se por um lado, pelos descobrimentos se concretizou a progressiva presença de Portugal e o alargamento no espaço descoberto que nos posicionaram no Atlântico e que depois nos conduziram ao Índico e ao Pacífico, sempre com a permanente pressão hegemónica de Castela, por outro lado, a expansão portuguesa foi decisiva para conseguirmos a nossa efetiva existência como reino enquanto realidade política independente Tendo em conta este espaço e memória, em leitura mais prospetiva, como pode Portugal mover-se como parceiro interveniente e credível neste Atlântico que ajudamos a definir como espaço, que descobrimos e que nos fez? Como mover-se e afirmar-se num espaço geoestratégico e geoeconomicamente complexo? Como definir-se e extrair vantagens nas relações diplomáticas, económicas e culturais, quer do ponto de vista bilateral, quer no âmbito de ação integrada da UE e no quadro da CPLP.

Nota biográfica: José Esteves Pereira é Professor Catedrático Jubilado da Universidade Nova de Lisboa (NOVA de que foi Vice-Reitor em quatro mandatos. Membro de número da Academia de Ciências de Lisboa (Filosofia), Membro efetivo da Academia Internacional de Cultura Portuguesa de que é, presentemente Secretário-Geral, Investigador Integrado do CHAM, Presidente do Observatório do Mundo Islâmico,), Presidente da Assembleia Geral do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira de que foi um dos fundadores, Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP). Licenciado, Doutor e antigo professor da Universidade de Coimbra (Filosofia e História das Ideias). Interesses científicos: História das Ideias Políticas, Teoria do Estado, Pensamento Hispânico sobre os quais incide a maioria das obras publicadas.

COLÓQUIO INTERNACIONAL

R E S U M O S

Ana Cláudia Silveira

(Instituto de Estudos Medievais - FCSH /NOVA)

‘Cartografia e administração dos arquipélagos atlânticos (séculos XV-XVIII)’

A defesa costeira e a fortificação dos principais espaços do litoral foram uma preocupação constante no âmbito das estratégias governativas promovidas em Portugal ao longo da história, dando origem à produção de um considerável conjunto de materiais escritos e desenhos, actualmente dispersos em diversas instituições públicas e privadas, disseminados em vários fundos arquivísticos. Os arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira, atendendo à relevância económica e estratégica que assumiram no conjunto dos territórios integrados nos domínios portugueses, foram igualmente abrangidos por essa produção cartográfica, cujo estudo nos fornece ampla informação relativa ao processo de administração desses espaços.

Na primeira metade do século XVII, período correspondente à união dinástica das coroas portuguesa e espanhola, as questões náuticas, o acesso aos portos e a defesa do reino impulsionaram o desenvolvimento da produção cartográfica, em especial nas cidades portuárias, ameaçadas em particular durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Neste contexto, merecem destaque as "descrições", relatórios enviados ao rei com informações detalhadas sobre as áreas visitadas, por vezes com representações cartográficas associadas de um nível de precisão notável, veiculando informações sobre a topografia, os edifícios mais importantes, as fortificações existentes ou a construir, as actividades económicas mais relevantes, as redes de água ou os recursos existentes. Estas representações assumiram-se como verdadeiros instrumentos de governo e administração do território, permitindo decidir sobre as obras a realizar nas cidades, quer no interior das suas muralhas, quer nos seus acessos, incluindo os fluviais. A produção cartográfica torna-se uma parte integrante do discurso político, pois é vista como um instrumento de tomada de decisão e de controlo territorial e, neste sentido, como um instrumento de poder, aspecto que se constata igualmente em relação à cartografia produzida a partir da segunda metade do século XVIII, que se intensificou, quer para cumprir objectivos militares, quer para responder às necessidades de administração territorial.

Através de um conjunto seleccionado de materiais cartográficos e relatórios relativos ao litoral dos arquipélagos atlânticos procura-se contribuir para uma análise das informações proporcionadas sobre os territórios representados e a evolução da sua ocupação, relacionando-a com as estratégias económicas e administrativas implementadas pela Coroa, demonstrando a relevância da representação do território enquanto instrumento de governo.

Nota biográfica: Ana Cláudia Silveira doutorou-se em História Medieval na FCSH/NOVA, com a tese Setúbal, um pólo de poder da Ordem Militar de Santiago no final da Idade Média, à qual foi atribuída, em 2023, uma Menção Honrosa pelo júri do Prémio A. de Almeida Fernandes de História Medieval. É membro da equipa do IEM que integra a Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”, liderada pelo CHAM – Centro de Humanidades.

Tem publicado trabalhos centrados na organização e desenvolvimento dos espaços litorais, na gestão territorial promovida pela Ordem Militar de Santiago de Espada nos seus domínios, na relação da instituição com outros poderes, nas práticas urbanísticas desenvolvidas e ainda na presença das ordens mendicantes no senhorio espatário.

Recebeu, em 2016, o Prémio de História Alberto Sampaio com o trabalho “Lavrar o Mar: a dinâmica da produção de sal em Setúbal no contexto dos salgados portugueses. Etapas de uma afirmação internacional” e, em 2017, foi-lhe atribuído o Prémio Doutor José Silva Maltez do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão / Câmara Municipal de Santarém pelo trabalho “Testemunhos históricos sobre a evolução da linha de costa em Portugal”.

Letícia Vieira Braga da Rosa (Universidade Feevale/RS);

Rachel dos Santos Marques (Instituto Federal Farroupilha; Universidade do Minho);

Fátima Silva (Universidade do Minho; Casa de Sarmento Lab2PT/IN2PAST)

‘Que casais emigraram da ilha do Pico entre 1747-53? Uma proposta metodológica’

A emigração açoriana rumo ao Brasil assumiu maiores contornos no século XVIII. Uma das razões que levou a esta vaga migratória que aqui pretendemos estudar, foi a tempestade que se abateu nas ilhas do grupo central em outubro de 1744, com especial impacto na ilha do Pico, onde faleceram quase duas dezenas de pessoas. Essa tempestade arruinou as culturas, o que desencadeou uma crise frumentária levando a um aumento do número de óbitos. Apesar destes constrangimentos, a população continuava a crescer e os recursos básicos escasseavam. Paralelamente, no Brasil, desde a fundação da Comandância do Presídio do Rio Grande de São Pedro, em 1737, o brigadeiro José da Silva Paes requeria o envio de casais açorianos para a região. Em 1742, já como governador da capitania de Santa Catarina, Silva Paes retomou a questão. Anuindo a essa representação, o Conselho Ultramarino passou a planejar o transporte dos casais açorianos.

O programa migratório foi decretado por D. João V, após a Consulta do Conselho de 8 de agosto de 1746, que apontava a conjuntura internacional favorável e o investimento conveniente. Essa Consulta orientou e serviu de base para as determinações régias enviadas aos Açores, afixando-se vários editais pelas ilhas, apelando sobretudo aos casais jovens, que migrem para o sul do Brasil.

Que casais da ilha do Pico emigraram para o Brasil entre os anos de 1747 e 1753? Que perfil tinham estes emigrantes? De que paróquias eram? Onde se instalaram? Para esta comunicação, pretendemos aprofundar os estudos já desenvolvidos sobre este tema, através da revisão das fontes transcritas do Arquivo Ultramarino, dos registos paroquiais e do cruzamento nominativo, consultando o Repositório Genealógico (PORGENER), plataforma online demográfica e de gestão de genealogias. Pretendemos identificar esses possíveis migrantes através da metodologia de reconstituição de paróquias, desenvolvida por Norberta Amorim. A data de início e fim de observação das famílias, assim como outros indicadores, permitir-nos-á aproximar-nos dos indivíduos que viajaram em busca de melhores condições de vida. Junta-se, ainda, o trabalho desenvolvido do outro lado do Atlântico, segundo a mesma metodologia, o que nos possibilitará acompanhar a restante trajetória de vida de alguns casais identificados.

Nota biográfica: Letícia Vieira Braga da Rosa. Graduada em Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Católica de Pelotas (2000), mestrado (2011) e doutorado (2023) em Processos e Manifestações Culturais, na área de Comunicação, História e Literatura, pela Universidade Feevale, RS. Professora da Universidade Feevale, lecionando nos cursos de Comunicação Social. Participa como pesquisadora do projeto “Local2Global - Construindo um mundo global: migrantes através do Atlântico”, desenvolvido pelo CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em conjunto com a Casa de Sarmento, unidade Diferenciada da Universidade do Minho, Portugal.

Temas e áreas de interesse: emigração/imigração açoriana para a América Meridional, demografia histórica, história da família, estudos de população. O foco da sua pesquisa dirige-se às famílias de migrantes açorianos que, após a invasão espanhola de 1763 à vila de Rio Grande, foram enviadas para constituir o povoado de San Carlos de Maldonado, no território espanhol da América Meridional. Como destaques da sua produção científica aponta-se a participação como coautora dos livros: “Açorianidade no sul do RS” e “Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul”.

Nota biográfica. Rachel dos Santos Marques possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2009) e mestrado (2012) e doutorado (2016) em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente realiza estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, e é professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Tem experiência na área de História social, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: história social, hierarquia social, parentesco espiritual (relações de compadrio e apadrinhamento), história da família, práticas de nomeação, estudos de população, escravidão. Possui 7 artigos publicados em revistas científicas desde 2012. Como destaques de sua produção científica, aponta-se os livros autorais *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c.1776-c.1800)* e *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande de São Pedro (c.1750-1820)*, além da co-organização do livro coletivo *Tecendo suas vidas: as mulheres na América Portuguesa*, e seu artigo mais recente, *Parentesco espiritual: tradições de pesquisa, bases teóricas e elementos para um diálogo necessário*.

Nota biográfica: Fátima Silva. licenciou-se em História, na Universidade do Minho, no ano de 2017. Na mesma instituição defendeu, em 2020, a dissertação de Mestrado em História com o título “Evolução demográfica da paróquia de Carvalhal (séculos XVII-XX)”. Desde 2019, colabora com a Casa de Sarmento-Centro de Estudos do Património (Guimarães) – Unidade Diferenciada da Universidade do Minho. Neste contexto, tem contribuído para o desenvolvimento do Repositório Genealógico, um projeto de organização e divulgação da informação dos registos paroquiais portugueses, entre os séculos XVI e XX.

Em 2022, ingressou no Doutoramento em História, na Universidade do Minho, em ambiente não académico, com um projeto a desenvolver na Casa de Sarmento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O projeto apresentado tem como título “Dinâmicas demográficas e sociais na Ilha do Pico entre os séculos XVII e XX”.

Gonçalo C. Albuquerque
CIDEHUS/UE

‘Triângulo estratégico do Atlântico: o plano naval de Aires de Ornelas e Vasconcelos (1906-1908)’

Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930) toma posse do Ministério da Marinha e Ultramar, em 1906, durante o governo do conselheiro João Franco, tendo a importante tarefa de modernizar o Império Colonial Português e a Marinha portuguesa. Apesar da curta duração do seu ministério, cerca de 20 meses, e da exigência que a concentração das pastas da Marinha e Ultramar criavam, Aires de Ornelas, promulgou importantes leis, de que são exemplo: a reforma administrativa da Província de Moçambique (23 de maio 1907) ou a reorganização da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (11 de abril 1907).

A política naval de Aires de Ornelas tinha como principal objetivo ressurgir a marinha portuguesa, tal como os titulares desta pasta vinham tentando fazer desde o final da década de 1890. Um dos eixos do seu plano naval era o aproveitamento de locais estratégicos no Atlântico, que Portugal dispunha, de modo a preservar a soberania nacional e relançar o papel internacional da marinha portuguesa. Seguindo a doutrina do oficial naval norte-americano, Alfred Mahan (1840-1914), e as ideias do General Morais Sarmiento (1843-1930), Aires de Ornelas, defendeu que devido à posse das principais bases de operações do Atlântico, cabia a Portugal a defesa dessa vasta área através de três eixos estratégicos: Lisboa, S. Vicente de Cabo Verde e a Horta, nos Açores. As três bases permitiriam a vigilância da entrada e saída do Mar Mediterrâneo, além de algumas das principais rotas de navegação internacional, como as que ligavam a Europa à América do Sul, entre outras. Esta vigilância seria executada com o auxílio da Inglaterra, de modo a reforçar a aliança com a “velha aliada” e permitir defesa eficaz desta vasta região.

Posto isto, a presente proposta pretende analisar de que forma se processava a política naval de Aires de Ornelas, em especial, as medidas e projetos apresentados que seguiam esta ideia da valorização do Atlântico através de um triângulo estratégico. Sendo esta análise feita através de intervenções e decretos apresentados por Aires de Ornelas na Câmara dos Deputados, além de artigos em periódicos e publicações, em especial, a obra *O Problema Naval Português*, publicada em 1909.

Nota biográfica: Gonçalo C. Albuquerque, licenciou-se em História com menor em História de Arte, em 2020, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e atualmente é estudante do Mestrado em história com variante em História Política na Universidade de Évora. Integra o CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades como membro colaborador e como bolseiro do projeto MONSOON: o Estado da Índia Hispânico em Perspetiva Digital (1580-1640), Ref. 2022. 07730.PTDC, financiado por fundos nacionais através da FCT. Tem algumas publicações como o artigo *Um Madeirense ao Comando do Império. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Reorganização Administrativa de Moçambique (1907)*, publicado em coautoria, no Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série. Já participou em algumas conferências, onde destacamos: a 40ª Conferência da Associação Portuguesa de História Económica e Social (2021), com a comunicação “Como o Estado Novo através da glorificação de Marracuene e Chaimite, encobriu a violência praticada nas Campanhas de Ocupação e Pacificação de 1895, em Moçambique?”; e a 16ª Conferência Internacional sobre Processamento Computacional do Português (PROPOR 2024), com o paper, *Applying event classification to reveal the Estado da Índia*. Os seus interesses de investigação atuais prendem-se com as humanidades digitais, a história do império português, o colonialismo e imperialismo, e a história política.

Pedro G. Bicudo

FLUL-Universidade de Lisboa

‘Barco tradicional: A imagem marginal’

É antiga e enraizada a percepção de que tudo o que se relaciona com as Comunidades Marítimas, consequentemente a História do Barco Tradicional, é visto como menor, perigoso, quando não trágico, e sem merecimento de estudo. Se na documentação coeva dos descobrimentos e impérios no Atlântico, escassas são as referências detalhadas aos navios de bordo alto, para as pequenas embarcações costeiras a omissão de referências é a regra. Mesmo os registos locais, portuários, alfandegários, camarários, de registo de propriedade marítima e afins, são omissos. A exceção surge com o aparecimento da imprensa regional, no segundo quartel de oitocentos, onde começam a surgir referências esporádicas a construção é naufrágios de pequenas embarcações, tanto de cabotagem como de pesca. Além destas, não há fontes praticamente até à difusão da fotografia em meados de oitocentos. Assim, a fotografia de áreas costeiras transformou-se numa fonte iconográfica essencial para o estudo do barco tradicional, cujos exemplares, regra geral, eram fotografados indireta, ou acidentalmente.

Na demanda de fotografias antigas de áreas costeiras onde surgem embarcações, ou actividade ligada as mesmas, pesquisei no acervo de vários arquivos fotográficos, tanto locais, como regionais e nacionais, caso da Torre do Tombo, (que acolhe vários outros acervos), onde localizei fotografias inéditas de 1896, feitas por João Theotónio, Código Ref. PT/TT/MR/1/416, que exploro analiticamente tanto a nível de forma como de conteúdo. Estas abordagens analíticas têm como referência metodológica o trabalho de Roland Barthes (punctum e studium).

De maneira muito sintética é feita uma sistematização baseada em fotografias antigas do ‘Barco do Pico’ como barco tradicional que evoluiu, parcialmente, a partir de uma base comum de tradição náutica portuguesa, mas mudou e evoluiu dramaticamente a partir da década de 1840 como consequência de ‘know-how’, técnicas de construção, ferramentas e empreendedorismo trazidos por açorianos que trabalharam nos EUA, nomeadamente o jorgense António N. Regalo/1842 e o picoense Manuel I. Nunes/1918, dois mestres fundamentais para a base imaterial e posterior estabelecimento do pólo de construção naval de Santo Amaro do Pico.

Nota biográfica: Pedro G. Bicudo é doutorando em História Marítima, FLUL-Universidade de Lisboa, (2025), possui Mestrado em Jornalismo TV, Northeastern University, Boston, 1999 e Licenciatura em Geografia, Universidade de Coimbra, 1985.

Professor de Culturas Lusófonas no Instituto Superior de Diplomacia, Department of State, Washington, DC, Diretor da RTP Açores (Jul.2007/Jan.2012) e correspondente Internacional - RTP Washington (Jun.2000/Jun.2007).

Tem como temas de investigação o “Barco Tradicional na Macaronésia”, “Construção Naval Artesanal e Património Marítimo-Reconstrução de barcos patrimoniais em realidade virtual”. É curador Oficina-Museu Mestre José de Melo, Sto. Amaro do Pico, participando ativamente em associações do Património Marítimo: Confraria do Caiaque da Vila (Fundador), Associação Portuguesa do Património Marítimo (Vice-Presidente) e membro do Conselho Cultural do European Maritime Heritage.

Rita Nascimento

Museu Francisco Lacerda – DRC

‘O uso da fotografia como fonte documental para a salvaguarda do património cultural’

A História da Conservação, assim como, a História da Imagem, têm sido fenómenos culturais que dão uma importante contribuição para o conhecimento em toda as áreas, relativamente ao que é mais valioso para cada comunidade/povo. A fotografia, como fonte documental, tem evidenciado tratar-se da conexão/ponte entre a memória social e património cultural, bem como, fontes de informação. Contudo, só é possível usufruir e ter acesso à cultura de forma democrática e autêntica, se ela for devidamente conservada, estudada e divulgada.

O povo açoriano é moldado pela insularidade, mas é também multicultural, por ter absorvido a cultura diversificada do continente português, tal como de outros continentes pela sua posição geográfica, que os colocou em distintas rotas intercontinentais. Assim, como os outros povos, foi na postura de salvaguarda/conservação que o povo açoriano se apresentou, mantendo muitas evidências de manifestações por influência externas, tal qual, difundiu cultura por si acolhida ou gerada. Uma marcante introdução na memória e na história dos açorianos, foram as práticas e saberes de tocar cordofones, sendo que os açorianos acabaram por estabelecer como identidade, a(s) viola(s) da terra. Influência esta que se julga ter chegado ao arquipélago através dos portugueses com a expansão ultramarina e com o domínio filipino. Desta feita, e por se ter tornado num elemento fulcral para animar os vários momentos do dia-a-dia dos açorianos, a viola acabou também, por fazer parte da bagagem de emigrantes que partiam para os EUA.

Ora, esta cultura permanece ativa sobretudo pela transmissão oral, mas são os documentos escritos e fotográficos que auxiliam no registo da história. De facto, a fotografia por ter incorporado desde o seu início, um significado de “tecnologia de reprodução da realidade”, hoje podemos usá-la como ferramenta de análise e reconstituição de narrativas históricas.

Este tipo de fonte, na Região Autónoma dos Açores, pode ser encontrada nos serviços externos da Direção Regional da Cultura, bem como, na Rede do Conhecimento dos Açores. O presente estudo assenta na imagem, como ferramenta de estudo no processo de inscrição dos “Saberes e práticas de tocar a(s) viola(s) da terra nos Açores” no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Nota biográfica: Rita Carmen Reis Nascimento, natural da ilha de S. Jorge, pós-graduada (2021) em Turismo Cultural, pela Universidade dos Açores, é mestre (2016) pela Universidade Politécnica de Valência e licenciada (2012) pelo Instituto Politécnico de Tomar, em Conservação e Restauro. Desde 2012, desempenha funções na área de Conservação e Restauro, primeiro como voluntária, depois como freelancer, prestou serviços em empresas privadas e, por fim na instituição pública regional, bem como, no estrangeiro (Valência e Helsínquia).

Desde 2022, é técnica superior em Conservação e Restauro no Museu Francisco de Lacerda (MFL), sendo atualmente a Diretora desta instituição museológica. Participou a título voluntário, em vários grupos e projetos de investigação no âmbito do património cultural e natural a nível regional, nacional e estrangeiro, como na investigação e restauro da obra mais pessoal de Joaquim Sorolla, projeto que ganhou o Premio Unión Europea de Patrimonio Cultural/Premio Europa Nuestra 2018, na categoria de Conservação; em 2019, foi coproponente da proposta vencedora do Orçamento Participativo dos Açores (OP Açores) “Bibliotecas e Arquivos – Por uma preservação do Património”; em 2022 colaborou no Projeto TASTE – Taste Azores Sustainable Tourism Experiences, na ilha de São Jorge em trabalho de campo; através do MFL desde 2022, tem vido a pertencer às equipas regionais de património imaterial, uma delas para o pedido de inscrição dos “Saberes e práticas de tocar a(s) viola(s) da terra nos Açores” no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial; em alguns projetos na forma de trabalho de campo, como “An integrative approach to evaluate the impact of nature touristic trails on biodiversity” e no “MACDIV – Macaronesian Islands as a testing ground to assess biodiversity drivers at multiple scales”.

Margarida Rodrigues Brito de Azevedo

Museu de Angra do Heroísmo – DRC

‘Uma imagem, mil palavras’

A presente comunicação tem por objetivo, dar a conhecer o trabalho desenvolvido no Arquivo de Som e Imagem do Museu de Angra do Heroísmo, no âmbito da salvaguarda da memória fotográfica da população terceirense, através da preservação de registos produzidos ou reunidos na Ilha Terceira. Contando com mais de quarenta coleções integrantes, que ultrapassam os 15 000 espécimes, trabalha no sentido de conservar cada espécime, passando pelos processos de limpeza, tratamento, conservação, interpretação, organização, inventariação e digitalização. Fazem parte deste Arquivo exemplares de daguerreótipos, ferrótipos, ambrótipos, negativos e diapositivos em vidro, provas em papel e películas fotográficas. Neste encontram-se espólios de grandes nomes e famílias, como são exemplo as coleções de Frederico Vasconcelos ou da família Noronha, como também, coleções de instituições, como são as coleções da Foto-Madeira ou do jornal Diário Insular. Nestas surgem espécimes de significativa relevância histórico-cultural, como é exemplo um daguerreótipo, captado por quem terá sido o primeiro fotógrafo retratista de passagem pela Ilha Terceira, datado em 1846, ou ainda, os cartões de visita do fotógrafo Nestor Ferreira Borralho, que se instalou na Rua de Santo Espírito, em Angra do Heroísmo, no ano de 1861. Também no registo filmico, embora relativamente pequeno, surgem películas de grande valor, como é a cópia de época do primeiro filme açoriano o Documentário Terceirense (1927), adquirida em 2006 pelo MAH. Para o efeito, nesta apresentação salienta-se a importância do papel dos arquivos na interpretação e salvaguarda das memórias visuais para as gerações futuras.

Nota biográfica: Margarida Rodrigues Brito de Azevedo é Licenciada em Arqueologia pela FLUL, Mestre em Paleontologia pela FCUL, sendo atualmente técnica superior responsável pelo Arquivo de Som e Imagem do Museu de Angra do Heroísmo.

Filipe Bettencourt

Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s

‘Atelier Vicente, de Photographia da Casa Real portuguesa a Museu de Fotografia da Madeira – 159 anos de imagens’

O Museu de Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's (MFM-AV) assenta sobre um dos dois únicos estúdios de fotografia oitocentistas existentes em Portugal. Possui, entre o seu acervo, cenários, máquinas fotográficas, mobiliário especializado, molduras com fotografias originais, livros sobre técnicas fotográficas e um valioso arquivo fotográfico, que ascende aos 4 milhões de exemplares, que remontam até a década de cinquenta do século XIX, para além de ter um núcleo relativo ao cinema. Fazem parte deste núcleo museológico praticamente todas as grandes casas madeirenses de fotografia dos séculos XIX e XX, entre as quais, os Perestrellos Photographos, a Foto Figueiras e a Foto Sol. Para além destas, estão também incluídos acervos de diversos fotógrafos amadores, que registaram as paisagens, acontecimentos e rostos do arquipélago. De entre eles, destaque para Joaquim Augusto Sousa (1853-1905), Álvaro Nascimento (1885-1967) e Russel Manners Gordon (1829-1906).

Com esta comunicação pretende-se ir além de uma mera apresentação do MFM-AV, e apresentar algumas imagens de outras ilhas da Macaronésia (Açores e Canárias) datadas de finais do séc. XIX. Fotografias essas que são da autoria do fotógrafo João Anacleto Rodrigues (1869-1948), e que captou alguns aspetos da vida madeirense, nomeadamente, transportes, paisagens da ilha da Madeira, da Ilha do Porto Santo, dos Açores e Canárias. A 16 de maio de 1897, João Anacleto Rodrigues estreou o seu animatógrafo no Teatro Municipal do Funchal, sendo um dos precursores do “Cinema nas Ilhas Atlânticas - Madeira, Açores e Canárias”.

Nota biográfica: Francisco Filipe de Bettencourt Simões Gomes, natural do Funchal, nasceu a 14 de fevereiro de 1971.

É licenciado em História, variante de História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inicia a sua atividade profissional como professor de História na escola da Torre em Câmara de Lobos e, no mesmo ano, ingressa no quadro de pessoal da Direção Regional dos Assuntos Culturais ficando afeto à Direção de Serviços do Património Cultural. Em 2001 inicia funções como técnico superior na Casa-Museu Frederico de Freitas e em 2005 regressa à Direção de Serviços do Património Cultural até 2020. Realizou diversas fichas de inventário e submeteu alguns edifícios a proteção legal de classificação e acompanhando diversas obras de conservação e restauro em imóveis e móveis classificados da Região Autónoma da Madeira.

Desde dezembro de 2021 que passa a dirigir o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s.

Carmo Daun e Lorena

CRIA-NOVA FCSH / IN2PAST)

‘Imagens de um passado baleeiro: património arquivístico, história e memória das relações atlânticas entre os Açores e Cabo Verde’

Um dos laços históricos que une as ilhas da Macaronésia é o passado baleeiro que juntou açorianos e cabo-verdianos nos conveses e porões das embarcações norte-americanas durante o século XIX e XX. Esses contactos e viagens prolongaram-se durante mais de um século, abrindo caminho à emigração dos ilhéus rumo aos Estados Unidos e fomentando a caça à baleia nos arquipélagos de partida. Esse passado baleeiro é um capítulo longo e complexo da História do Atlântico, mas a memória que dele subsiste é cada vez mais construída pelas gramáticas da patrimonialização.

É hoje consensual que a divisão entre património material e imaterial não faz grande sentido, dado que um não existe sem o outro, sendo essa separação meramente formal e terminológica. O caso da baleação é a esse respeito paradigmático. O património baleeiro nos Açores tem sido encarado sobretudo na sua expressão material (botes, palamentas, scrimshaw, fábricas), mas a par desses artefactos e edifícios, existe também um património arquivístico relativamente inexplorado e que é simultaneamente material e imaterial. A materialidade feita de documentos escritos e visuais traduz-se numa imaterialidade constituída pela história baleeira a que, através deles, se pode aceder. Os acervos documentais relativos à baleação são património como os botes ou as fábricas. Um património que se encontra adormecido nos depósitos dos arquivos ou nos baús familiares e que está ainda, em grande medida, por estudar e divulgar.

Tomando como roteiro de análise um conjunto diverso de fotografias – da baleação pelágica norte-americana à baleação costeira açoriana – e apresentando um projecto em curso (ADBA – Arquivo Documental da Baleação Açoriana), pretendo destacar a componente visual deste património arquivístico, com vista a reflectir sobre as potencialidades do cruzamento de vários acervos e sobre as diferentes perspectivas que estes revelam. Sendo certo que os registos visuais vão da fotografia ao filme e que ambas são fontes historiográficas valiosas, importa também considerar os limites da imagem enquanto registo documental de per se, que não só encerra intermediações várias, da produção à recepção, como beneficia dos complementos escritos e da oralidade. Deste modo, pretendo sublinhar a indissociabilidade dos binómios material/imaterial e escrito/visual, bem como apelar à valorização do património arquivístico, para que seja possível conhecer melhor este passado baleeiro que ligou o mundo insular e atlântico.

Nota biográfica: Carmo Daun e Lorena é licenciada em Sociologia (2003, FCSH-Universidade NOVA de Lisboa), com mestrado em Antropologia Social e Cultural (2009, ICS-Universidade de Lisboa) e doutorada em Antropologia/especialidade de Antropologia e História (2018, ICS-Universidade de Lisboa) com a tese «Classe, memória e identidade em Cabo Verde: uma etnografia do carnaval de São Vicente». Actualmente, é investigadora integrada do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (Universidade NOVA de Lisboa) onde desenvolve o projecto de investigação WHAlands – Whaling Heritage in the Atlantic islands: America, the Azores and Cape Verde entangled by the sea (19th-21st centuries), financiado pela FCT. É também investigadora responsável do projecto ADBA – Arquivo Documental da Baleação Açoriana, apoiado pela Direção Regional dos Assuntos Culturais/Governo dos Açores. A sua abordagem metodológica combina pesquisa histórica e etnográfica e os seus interesses de investigação centram-se em temas como baleação, classe, memória social, identidade, património cultural, mobilidades marítimas e colonialismo.

Sophie Coquelin e Filipe Fernandes

(Associação Cultural Terra Baleeira / CM Lajes do Pico)

Documentar os saberes associados ao bote baleeiro.

No âmbito de uma candidatura ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, iniciou-se uma pesquisa sobre o manuseamento do bote baleeiro. A bibliografia encontrada incide maioritariamente sobre as ações relacionadas com o arpoamento dos cachalotes, sendo geralmente omitidas as questões da navegação à vela e a remos. No entanto, existe um contexto em que estes saberes foram transmitidos às gerações seguintes: as regatas.

Iniciadas durante a baleação, estas surgiam em momentos festivos. No concelho das Lajes do Pico, aconteciam pontualmente no porto das Lajes, de Santa Cruz das Ribeiras e da Calheta de Nesquim. No final da década de 1960, as tripulações das regatas passaram a incluir também não baleeiros. Mesmo com o fim da atividade baleeira na década de 1980, vários indivíduos procuraram salvaguardar o legado baleeiro, mantendo a organização de regatas. Em paralelo, o Governo Regional dos Açores entrou em ação com a compra de património imóvel e móvel. Ao abrigo do Decreto Legislativo Regional 13/98/A, dezenas de embarcações foram recuperadas.

Para além de documentar a história das regatas, o recurso a documentos visuais permite ajudar a compreensão das manobras e das ações executadas com o bote. Ainda assim, no que toca as modalidades de vela e remo, este tipo de análise implica ter um conhecimento prévio da realidade local e um conhecimento especializado. Por outro lado, a pesquisa deve ser complementada com a realização de entrevistas a antigos baleeiros e oficiais.

A investigação sobre a transmissão destes saberes não se limita ao conteúdo, à forma e ao contexto no qual esta ocorreu. Revela muito sobre o processo inédito de reconversão de uma atividade económica numa atividade recreativa. O desafio aumenta quando se percebe que as regatas estão envolvidas numa lógica ao mesmo tempo patrimonial e desportiva. De uma aprendizagem empírica, baseada na imersão e potencialmente aberta à experimentação nos tempos da baleação, os tripulantes de hoje tem acesso a conhecimentos técnicos ligados à vela e ao remo, enquanto disciplinas desportivas.

Neste contexto, o que registar? O que é mais eficiente, ou o que os antigos faziam?

Nota biográfica: Sophie Coquelin é doutoranda no Centro de Investigação INET-md, polo da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, com uma tese sobre o baile de chamarritas na ilha do Pico. É Mestre em antropologia e interessa-se por práticas performativas que integram o PCI. (orcid.org/0000-0002-0011-1283)

Nota biográfica: Filipe Fernandes é Técnico Superior na Câmara Municipal das Lajes do Pico. Oficial de bote baleeiro desde 2013, nas modalidades de vela e remo. Formador de vela e remo em bote baleeiro para jovens e adultos. Foi também treinador de vela ligeira no Clube Náutico das Lajes do Pico. (www.youtube.com/watch?v=5bp5bLWKUaI)

Wellington Nascimento
(CHAM/UAC-NOVA)

Viola(s) da terra dos Açores – Recolha de saberes e práticas.

A Viola e outros cordofones foram transportados pelos Portugueses para os Açores, Ilha da Madeira, Cabo Verde e Brasil, tornando-se bastante comuns entre as populações. Estes cordofones possuíam características semelhantes as violas actuais e tiveram grande importância na música popular da península ibérica durante toda a Idade Média e Moderna, constando em fontes iconográficas dos séculos XV ao XVIII. No Arquipélago dos Açores e segundo o cronista Gaspar Frutuoso a Viola da Terra, terá chegado na segunda metade do século quinze, trazida pelos primeiros povoadores.

Desenvolve-se então a construção de uma identidade açoriana vinculada a Viola da Terra. Essa construção identitária, têm vários aspectos dos quais vou enumerar dois: a utilização do corpo do instrumento como repositório de símbolos e a tradução destes símbolos de forma a afirmar a vinculação da viola da terra a uma identidade açoriana e a utilização sistemática da imagem da Viola da terra e sua vinculação a personalidades de relevo de modo a valorizar e sedimentar sua importância no contexto identitário açoriano.

Tendo isto em conta, a DRA com o envolvimento ativo da comunidade decidiu através do Projeto “Viola(s) da terra dos Açores” proceder a Identificação, documentação, estudo e inventariação dos saberes e práticas de tocar a(s) Viola(s) da terra dos Açores com vista à elaboração do pedido da sua inscrição no DGPC - Inventário de Património Imaterial Português, procedimento que visa a proteção legal deste Património Cultural Imaterial da Região Autónoma dos Açores, sua valorização e salvaguarda de forma a garantir a transmissão dos seus saberes e das suas práticas, manter a continuidade das tradições ao longo das gerações, respeitando a sua dinâmica, recriação e adaptação às condições sociais do presente, garantindo a sua documentação e registo.

Nota biográfica: Wellington Nascimento é licenciado em Património Cultural pela Universidade dos Açores e Mestre em Património Museologia e Desenvolvimento pela mesma Universidade, Doutorando em História da Arte pela Universidade de Évora. É músico, investigador do CHAM – Centro de Humanidades da UAç e Univ. Nova de Lisboa e investigador colaborador do CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. É Técnico Superior na Direção Regional da Cultura onde coordena projetos ligados ao Património Imaterial, e desenvolve ainda atividades de investigação nas áreas do Património, Museologia e Musicologia.

Lélia Pereira da Silva Nunes

(Academia Catarinense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina)

Entrudo: Memória e Identidade Cultural.

O tema Entrudo: Memória e Identidade Cultural circunscreve-se ao projeto “Do Entrudo ao Carnaval Espetáculo”, com o propósito de salvaguardar a memória do Entrudo e a cultura visual do Carnaval da Florianópolis, desde o século XIX, destacando os carros alegóricos ou “carros de mutação”, com técnicas de maquinismo artesanal, presentes tão somente do carnaval da Ilha de Santa Catarina, de 1885 a 2011.

Em Santa Catarina ainda hoje é possível encontrar algum resquício de “Entrudo” no litoral, sobretudo, nos lugares onde a cultura açoriana ainda sobrevive após 276 anos.

Se tudo começou com o Entrudo é preciso recuperar a sua história, a memória da sua manifestação, a transformação da prática e o declínio.

Nota biográfica: Lélia Pereira da Silva Nunes, brasileira, natural de Tubarão (SC) e, é Cidadã Honorária de Florianópolis, onde reside desde 1970. Socióloga. Professora UFSC, aposentada. Escritora. Há mais de cinco décadas, dedica-se à Cultura Catarinense, à Cultura Açoriana no Sul do Brasil e nos Açores. Atualmente é Presidente da Academia Catarinense de Letras e Titular do Conselho Estadual de Cultura/Câmara de Patrimônio. Pertence à Associação de Escritores Portugueses-APE e ao Centro de Humanidades/CHAM, Açores e Nacional (Portugal). Articulista no Notícias do Dia (Florianópolis) e colaboradora em Jornais dos Açores e das Comunidades da Diáspora Açoriana. As editoras Dois Por Quatro (Florianópolis/SC) e Letras Lavadas (Ponta Delgada, Portugal) publicaram Corpo de Ilhas e Pedra de Toque e Caminhos do Divino, um olhar sobre a Festa do Espírito Santo em Santa Catarina (4ª ed.).

Dinis Manuel Branco Silveira

(Pároco da Matriz de Nossa Senhora do Rosário – Topo)

Convento de S. Diogo da Vila do Topo: o resgate da sua memória.

O estudo sobre o Convento de São Francisco da Vila do Topo tem como objectivo fundamental recuperar a memória histórica da presença franciscana nesta Vila, que está patente no complexo edificado, daquilo que é hoje a Igreja de São Diogo, nos serviços administrativos da escola do Topo que ocupam as estruturas residenciais do Convento e fontes documentais.

A presença estável dos filhos de S. Francisco nesta ponta da ilha remonta ao século XVII e manteve-se até à expulsão das ordens desencadeada pelo liberalismo. O estudo analisa expansão dos Franciscanos na ilha de S. Jorge e das consequências que a sua presença teve na zona do Topo. Para tal escopo partiu-se do que resta do conjunto edificado do antigo convento, particularmente da Igreja e do agrupado de elementos lá presentes, fundamentalmente imagens. Estas são expressão da grande influência que os Frades tiveram na vivência da quaresma, influência que ainda é notória nos dias de hoje, como são as duas procissões que se realizam no período quaresmal.

Do convento surgiu, também, a Ordem Terceira que se manteve até meados do séc. XX. Esta instituição foi fundamental para a preservação da memória franciscana nestas terras, nomeadamente a manutenção da Igreja de S. Diogo, como se pode verificar nas fontes documentais a estas pertencentes.

De especial relevo é o Livro do Tombo do antigo convento que nos permite entender a vida dos religiosos, a formação lá ministrada e sobretudo a forma como terminou a presença dos filhos de S. Francisco na Vila do Topo.

A análise dos elementos arquitetónicos, do conjunto imagístico, das fontes documentais, manuscritas e fotográficas, e de outros objetos, permitiu recuperar e manter no imaginário coletivo uma das páginas mais fascinantes da história desta terra. Na verdade, foi do antigo Convento que saíram figuras importantes do Clero, como é o caso do Bispo, D. Manuel Enes, e de frades, que depois de integrados no clero secular, contribuíram para a elevação do nível cultural deste lugar, por exemplo o P. Alcântara que escreveu peças musicais para a Filarmónica Clube União, a mais antiga da Vila.

Nota biográfica: Dinis Manuel Branco Silveira nasceu na freguesia da Feteira – Angra do Heroísmo. Estudou filosofia e teologia no Seminário Episcopal de Angra, sendo ordenado sacerdote em 2007. Possui Licenciatura em Direito Canónico com a tese “A remoção e a transferência dos párocos e a promessa de obediência dos clérigos ao Bispo”, Especialização e Jurisprudência Canónica e Doutoramento em Direito Canónico pela Pontifícia Universidade Gregoriana (2017), com a tese “O estatuto Jurídico das Misericórdias Portuguesas na Jurisprudência da Assinatura Apostólica”

No seu percurso sacerdotal exerceu o ofício de Pároco de Luz, Guadalupe e Ribeirinha na Ilha Graciosa, bem como Ouvidor Adjunto de Santa Cruz da Graciosa. Atualmente é o Pároco de Topo e Santo Antão na ilha de São Jorge e o Ouvidor da ilha. Na sua atividade pastoral foi o Fundador e Assistente dos Romeiros da Ilha Terceira, Capelão Magistral da Ordem de Malta, Assistente de Grupo de Romeiros da Graciosa e Assistente Adjunto da Junta de Núcleo da Ilha Terceira do Corpo Nacional de Escutas e da Junta de Núcleo da Ilha Graciosa, entre outros ofícios que desempenhou.

Vítor Emanuel T. Reis

(Museu Francisco Lacerda – DRC)

Imprensa e Religiosidade na Ilha de São Jorge do Século XIX.

O objetivo desta comunicação é identificar e compreender os elementos sociais, políticos e culturais desenvolvidos no contexto das notícias relacionadas com a religião católica, destacando-se as festividades religiosas que encontram eco na imprensa jorgense e no diálogo produzido entre a memória e a história do imaginário popular, que denunciam o significado da festa como um espaço construtor de identidades. O método envereda pela investigação dos periódicos oitocentistas jorgenses, além de uma breve revisão bibliográfica teórica do tema.

Nota biográfica: Vítor Reis licenciou-se em História em 2012, na Universidade dos Açores. Em 2016, nesta mesma instituição, e sob orientação da Professora Doutora Susana Serpa Silva, prestou as provas de Mestrado em História Insular e Atlântica (Sécs. XV-XX), com a apresentação de uma tese intitulada “Os investimentos públicos em São Miguel no último quartel do século XIX”. Desde 2021, iniciou o Doutoramento em História Insular e Atlântica (Sécs. XV-XX). Atualmente, é Técnico Superior do Museu Francisco Lacerda, afeto à Igreja de Santa Bárbara, localizada na freguesia de Manadas, ilha de São Jorge.

Fátima Silva

(Universidade do Minho, Casa de Sarmento | Lab2PT/IN2PAST)

Ricardo Sá Torres

(Universidade do Minho)

Os cativos das ilhas do Pico e do Faial: análise das suas trajetórias de vida (séc. XVIII).

Para esta comunicação propomo-nos analisar o hipotético impacto que as ações do curso magrebino tiveram nas dinâmicas populacionais das ilhas do Pico e do Faial, durante o século XVIII. Para levar a bom porto esta proposta, servir-nos-emos das listas dos Resgates Gerais de Cativos encetados pela Ordem da Santíssima Trindade. A metodologia a utilizar assentará numa abordagem mista: qualitativa, através do cruzamento nominativo, e quantitativa, pois tais listagens permitirão a construção de uma interpretação dos dados demográficos relacionados com os indivíduos em questão. Os resgates providencia-nos, em grande parte, dados como: nome, idade, naturalidade, entre outros. Sendo que a nossa amostra se restringirá àqueles naturais das duas ilhas em destaque.

Localizado no Oceano Atlântico, o arquipélago açoriano assumiu-se como um território periférico em relação a Portugal Continental. A distância que separava o continente das ilhas tornava-as alvos prediletos para ataques de piratas ou corsários de outros estados, sobretudo no que concerne ao grupo oriental e central. Estas ações resultaram no apresamento de vários indivíduos e, conseqüentemente, a interrupção das trajetórias individuais daqueles que se viam cativados.

O moroso trabalho de reconstituição de paróquias das ilhas do Faial e do Pico supervisionado por Maria Norberta Amorim permitiu que, atualmente, beneficiemos de uma base de dados demográfico-genealógica, o Repositório Genealógico. Esta base de dados assenta na recolha sistemática dos registos de batismo, casamento e óbito, e, através do cruzamento nominativo, permite acompanhar as trajetórias dos indivíduos que nasceram, casaram ou faleceram neste território, entre os finais do século XVII e o início do século XX. A referida base de dados permite-nos desta forma, em alguns casos, obter informações adicionais sobre a trajetória de vida daqueles que se viram reduzidos a uma condição de servidão em conseqüências das ações corsárias.

Nota biográfica: Fátima Silva licenciou-se em História, na Universidade do Minho, no ano de 2017. Na mesma instituição defendeu, em 2020, a dissertação de Mestrado em História com o título “Evolução demográfica da paróquia de Carvalhal (séculos XVII-XX)”. Desde 2019, colabora com a Casa de Sarmento-Centro de Estudos do Património (Guimarães) – Unidade Diferenciada da Universidade do Minho. Neste contexto, tem contribuído para o desenvolvimento do Repositório Genealógico, um projeto de organização e divulgação da informação dos registos paroquiais portugueses, entre os séculos XVI e XX. Em 2022, ingressou no Doutoramento em História, na Universidade do Minho, em ambiente não académico, com um projeto a desenvolver na Casa de Sarmento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O projeto apresentado tem como título “Dinâmicas demográficas e sociais na Ilha do Pico entre os séculos XVII e XX”.

Nota biográfica: Ricardo Sá Torres é licenciado em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (2013). Mestre em Criminologia (2015), pela mesma instituição, com a dissertação intitulada “Representações sociais das Novas Substâncias Psicoativas e da sua legislação”. Mestre em História (2021), pela Universidade do Minho, com a dissertação intitulada “Corsários na Inquisição de Lisboa (Século XVII)”. Publicou na revista Estudos Regionais o artigo intitulado “Experiências de Cativo de Vianenses no Magrebe do século XVII”. No ano de 2023 apresentou: no “3.º Seminário Internacional de Doutorandos: Desafios da História”, promovido pelo ICS-UM, a comunicação “O fenómeno corsário magrebino na Idade Moderna: Fontes para o seu estudo”; e a comunicação “De expulso a corsário: O percurso de vida de Gaspar dos Reis” no âmbito do Congresso Internacional “Migrações Forçadas entre a Cristandade e o Islão” enquadrado no projeto Moving City. A partir de janeiro de 2024 integrou o projeto exploratório COEXIST do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa.

Avelino de Freitas de Meneses
(CHAM/UAC-NOVA)

S. Jorge nas vésperas da 2ª Guerra Mundial: o testemunho literário de Mário Vieira.

O romance açoriano de Mário Vieira “Quando tornaram os garajaus ...”, reeditado pela Letras Lavadas edições em 2021, foi publicado em Lisboa em 1940, como edição do próprio autor, à data destacado em Bragança, após o desempenho de uma comissão de serviço em S. Jorge, nos anos precedentes de 1938 e 1939, na condição de funcionário da administração central.

Por amor e admiração à terra, o livro é uma arma de arremesso. E contra quem e contra quê? Contra o suposto desprezo de Raul Brandão, que n’As Ilhas Desconhecidas quase ignora S. Jorge. Contra a notória afronta de Ferro Alves, que n’A Mornaça. A Revolta nos Açores e na Madeira em 1931 de todo desconsidera os Açores.

De posse de uma escrita escorreita, Mário Vieira evidencia uma considerável capacidade descritiva, que transporta o leitor para todos os ambientes, suscitando naqueles que conhecem o desejo da revisitação, naqueles que desconhecem a curiosidade da confirmação.

O texto constitui um elogio à ilha de S. Jorge, tanto à beleza da natureza como ao caráter das gentes. No respeitante ao património natural, emoldurado pelo verde das pastagens e pelo negrume dos mistérios, ressaltam as parecenças com paisagens suíças, na comparação externa, com recortes da serra de Sintra, no confronto nacional, com a exuberância das Flores, no quadro insular. Vivos e verídicos são também os quadros do quotidiano de um povo “são e primitivo”, a lembrar a máxima quinhentista de Gaspar Frutuoso, que equiparava os açorianos a “pombos das ilhas”, porque embora entrevissem a malícia dos forasteiros se deixavam enganar. Por entre manifestações mil, enumeramos, por exemplo, as festividades maiores em honra do Espírito Santo, espelho de uma profunda religiosidade, ou uma surtida à baleia, “espetáculo de magnífica barbaridade”.

O reaparecimento deste romance resgata da deslembração coletiva o nome de Mário Vieira que, embora forasteiro, demanda inclusão na constelação dos literatos açorianos.

Nota biográfica: Avelino de Freitas de Meneses é Professor Catedrático, tendo sido Reitor da Universidade dos Açores (2003-2011). Doutorado em História Moderna e Contemporânea. Investigador Integrado Fundador do CHAM- Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e Açores, tendo sido Presidente da Assembleia Geral (2008-2014). Desempenhou funções de Secretário Regional da Educação e Cultura dos XI e XII Governos dos Açores (2014-2020). É autor, coautor, diretor ou organizador de uma vintena de livros e autor de quase uma centena e meia de artigos, insertos em publicações da especialidade. Foi agraciado, em 2011, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (Presidência da República) e com a Insígnia Autónómica de Reconhecimento (Região Autónoma dos Açores) e, em 2012, como Cidadão Honorário de Ponta Delgada e com as medalhas de Mérito dos municípios de Angra do Heroísmo e da Horta

Assunção Melo

(CHAM/UAC-NOVA)

Iconografia de São Jorge e do dragão na ilha homónima.

Com esta apresentação pretendemos demonstrar através da iconografia e dos diferentes suportes a riqueza do tema de São Jorge e o Dragão. Sendo este santo mártir padroeiro da ilha de São Jorge, verificamos abundância de iconografia que varia em pormenores estéticos e disciplinas artísticas e que pretendemos nesta mostra refletir

Nesse sentido pretendemos fazer o enquadramento da lenda e da hagiografia, de modo a encontramos a razão de ser para a escolha do nome e do padroeiro. Celebrado a 23 de abril, o santo mártir oriundo da Capadócia é conhecido desde os primórdios do cristianismo, quer na igreja católica, quer na ortodoxa. Por outro lado, o dragão simboliza a idolatria que mata inocentes e causa destruição. A idolatria é destruída pelas armas da Fé. A jovem que São Jorge salvou representaria a região da qual ele combateu heresias e instalou a fé cristã.

Pretendemos ainda demonstrar como esta iconografia é transportada para o imaginário infantil e como os jorgenses a encontram nos diversos aspetos da sua vida.

Nota biográfica: Assunção Melo é Doutorada em História da Arte pelo Centro de Formação Avançada da Universidade de Évora, Pós-Graduada em História da Arte Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Licenciada em História da Arte pela mesma faculdade, membro do CHAM. Assistente Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, lecionando no Pólo de Angra do Heroísmo a disciplina de História da Arte e do Património Construído I e II, do curso de licenciatura de Natureza e Património. Autora de cinco livros e mais de trinta artigos relacionados com a História da Arte e com o Património dos Açores, autora de palestras e conferencias relacionadas com a sua área académica. É gestora da coleção de Belas Artes, Documentos Gráficos, Artes Decorativas, Brinquedos e Jogos do Museu de Angra do Heroísmo.

José Eliézer Mikosz

(CHAM-FCSH – Universidade Nova de Lisboa; CIEBA – FBAUL)

Imaginário psicadélico na arte indígena: da curiosidade antropológica à perspectiva decolonial.

A realização de desenhos, pinturas, esculturas, inspiradas em visões advindas de estados não ordinários de consciência (ENOC) é uma prática milenar da humanidade. Nos primeiros estágios dessas visões pode acontecer o fenômeno entóptico, onde padrões geométricos aparecem como os ziguezagues, treliças, espirais entre outros grafismos encontrados na arte rupestre e indígena. Diversos povos na América do Sul utilizam plantas psicoativas em suas culturas, baseados nessas visões constroem padrões em suas pinturas corporais, vestimentas, cerâmica etc., num estilo característico de sua cultura. Podemos observar os trabalhos dos Shipibo no Peru onde os ziguezagues e espirais estão presentes. Um exemplo notável dessa construção artística é do pintor Pablo Amaringo, um xamã que se dedicava a pintar quadros com representações do seu povo e de paisagens amazônicas. Foi pela influência de Luiz Eduardo Luna, um antropólogo que estava estudando os xamãs ribeirinhos que, ao entrar em contato com Amaringo, sugeriu que ele pintasse as visões resultantes da ingestão da bebida psicoativa Ayahuasca. Disso resultou uma produção que o tornou conhecido no mundo todo. Juntos escreveram o livro *Ayahuasca Visions* (1991). Amaringo influenciou vários artistas, ele fundou com Luna a Usko Ayar, uma escola de pintura em Pucallpa no Peru. Se pegarmos exemplos de outros povos da Floresta Amazônica, os Tukano e Huni Kuin, vamos encontrar várias representações visuais deles que também usam a Ayahuasca de forma sacramental em sua cultura. No passado esses povos foram estudados por antropólogos como Luna, Furst e Dolmatoff. Como é sabido, estes não tinham originalmente o mesmo entendimento da Arte que o ocidente. Não havia ali galerias de arte ou museus. Uma visão diacrônica desta questão permite compreender como a miscigenação, essa troca de culturas, possibilitou que artistas do povo Tukano e Huni Kuin (entre outros) entrassem no circuito oficial da arte, obtendo representatividade em museus, galerias e bienais, tendo um lugar de fala que é hoje objeto de pesquisa e fonte de conhecimento acessível a todos, onde se pode discutir questões num processo que hoje se define como decolonização, contribuindo assim para um renovado interesse por estes estudos num território que se quer isento e comum.

Nota biográfica: José Eliézer Mikosz é artista transmídia, professor e pesquisador. Pós-doutoramento no Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos (Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas) e do Centro de Humanidades (CHAM) no subgrupo Arte, História e Patrimônio, com o tema em Representações de Arte e Erotismo inspirados na Contracultura Psicadélica dos anos 1960 na Universidade NOVA de Lisboa, 2024. Pós-doutoramento em Ciências da Arte e do Patrimônio com o tema Arte Visionária e Psicadélica na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL), 2018. Doutorado pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH-UFSC) com a tese *A Arte Visionária e a Ayahuasca*, 2009. Professor Associado da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e Editor da Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais *ArtSensorium*. Professor no Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Mestrado Acadêmico da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap - PPGAV - Unespar Campus de Curitiba 1) e no Programa de Pós-graduação em Artes, Mestrado Profissional da Faculdade de Artes do Paraná (FAP - PPGARTES - Unespar Campus de Curitiba 2). Membro do Centro de Investigação em Belas Artes da Universidade de Lisboa (CIEBA-FBAUL). Membro do CHAM, subgrupo Arte, História e Patrimônio da Universidade NOVA de Lisboa. Membro do Conselho Consultivo do Centro de Pesquisa para o Estudo de Plantas Psicointegradoras, Arte Visionária e Consciência – Wasiwaska na cidade de Florianópolis

Jorge Louraço Figueira

(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Casa Imperial, Corpo Tropical: Dramaturgia e Imaginário Recíproco entre Brasil e Portugal (1985-2017).

A dramaturgia de língua portuguesa produziu um imaginário recíproco de Brasil e Portugal em que a cena de um encontro original edénico, em território brasileiro, antecede uma luta de morte entre senhor e escravo, que caracterizaria até hoje os destinos coletivos português e brasileiro. As figuras de colonizador e de colonizado, ora bons, ora maus, deram forma à imaginação das individualidades étnicas portuguesa e brasileira. Aos portugueses foi associada a propriedade, tendo como símbolo a casa. Aos brasileiros o trabalho, nomeadamente o trabalho forçado, tendo como símbolo o próprio corpo.

Desde a década de 1980, as cenas de teatro começaram a dissecar as figuras e lugares comuns da identidade luso-brasileira. Ganharam força os tópicos da casa vazia e do corpo dividido, em relação à casa portuguesa e ao corpo brasileiro; e proliferaram as cenas enumeravas, de inventário, e as figuras em transe, de efigie, mais do que os atos dramáticos e as personagens tipo de outrora. Contemporâneas da migração de brasileiros para a Europa e da ideia de Lusofonia, essas mudanças puseram em causa aspetos emblemáticos da relação entre portugueses e brasileiros. Apesar disso, as figuras portuguesa e brasileira continuaram assentes em arquétipos opostos, que regulam o estatuto social, funcionando como reprodutoras da imagem de uma comunhão mórbida entre Brasil e Portugal.

Nota biográfica: Jorge Louraço Figueira (Nazaré, 1973) é professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no curso de Estudos Artísticos. Escreveu as peças *As Sete Vidas da Argila*, *À Espera de Becke? Ou quaquaquaquá*, *Cassandra de Balaclava*, *Xmas qd Kiseres* e *O Espantalho Teso*, entre outras. Foi coordenador da Pós-Graduação em Dramaturgia da ESMAE (Porto), crítico de teatro do jornal *Público* e dramaturgo residente no Teatrão (Coimbra).

Teresa Lousa
(CHAM/UAC-NOVA)

In memoriam: O Espaço Insular e a Autorreflexividade na Pintura de Maria José Cavaco.

Maria José Cavaco (1967-2022) licenciada em Pintura pela FBAUL, foi docente do ensino secundário e da Universidade dos Açores. Participou em várias exposições coletivas em Portugal, Espanha, EUA e Macau e realizou 18 exposições individuais. Para além do trabalho artístico, integrou o Conselho Regional de Cultura dos Açores, desde 2018, e foi consultora para as Artes Visuais do Centro Municipal de Cultura de Ponta Delgada. Sendo uma defensora do Atlântico, abraçou com o mesmo espírito criativo a arte e a causa do ambiente.

Desenvolveu uma obra consistente e detentora de profundidade filosófica literária e poética, cruzando vários médiums e técnicas artísticas, com enfoque nas narrativas paisagistas da insularidade açoriana colocadas em autorreflexividade.

Propõe-se nesta pequena comunicação refletir sobre a persistência da paisagem insular na sua obra: linha do horizonte, cartografia de intersecções, latitudes atlânticas, são alguns dos modos criativos que a própria pintora usa para se referir ao espaço delimitado pela ilha. Da sua vasta obra destacamos três série de pinturas que, analisaremos à luz desta vontade de observar e compreender representações suas que se possam associar aos Açores.

Escultura Imaginada, 2008, obra exibida em AR- COmadrid 2006 e ARCOmadrid 2009: uma pintura escultórica que não é senão uma ficção artística e conceptual – e a sua latitude está situada imaginariamente algures no Atlântico, nos Açores.

Rotas de todos os dias, série com a qual participou na coletiva Horizontes Insulares, 2011, criou desenhos a marcador sobre papel, onde os temas de todos os desenhos são o seu próprio corpo. Estes apresentam intersecções visíveis através da transparência do papel (desenhado frente e verso) com uma linha de horizonte omnipresente - marca da sua consciência insular.

Em Hazy Medium of Mist 2 e 4 de 2013, pertencentes à exposição A Sense of Possibility, Maria José remete para uma névoa, um meio ambíguo que se traduz na dualidade, por um lado da visão exterior e nocturna da paisagem da Atalhada e por outro da visão interior do seu atelier nesse mesmo local perto de Lagoa, S. Miguel, onde a pintora escolheu trabalhar até ao fim.

Nota biográfica: Teresa Lousa (Lisboa, 1978) é doutorada pela FBAUL (2013) com uma tese mais tarde publicada com o título: *Do Pintor como um Génio na obra de Francisco de Holanda* (2014). É investigadora integrada do CHAM desde 2016, onde pertence actualmente ao grupo de Investigação: Arte, História e Património e onde co-coordena o Seminário permanente *Modos da Melancolia*. É Professora Auxiliar do grupo de Ciências da Arte e do Património na FBAUL desde 2009, onde lecciona História da Arte, Temas da Arte, Teorias da Pintura e Metodologias de Investigação a diversos Mestrados, para além de orientar teses em várias áreas artísticas com ênfase na Educação Artística. É Co-editora da Revista indexada *Art&Sensorium- UNESPAR*. Actualmente tem publicado artigos em revistas indexadas e open access, nos quais os seus temas de investigação exploram as relações entre Arte Contemporânea, Melancolia, Morte, Género, Antropoceno, Ecofeminismo e Arte-Terapia.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Museu Francisco Lacerda

28 de setembro de 2024

Gabriel Betancor Quintana

Diretor do Arquivo Histórico de Fotografia das Ilhas Canárias

"Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde: As portas do Atlântico. O património fotográfico da Macaronésia".

Los archipiélagos de la Macaronesia han jugado diferentes papeles a lo largo de su historia. Uno de los más significativos es el de convertirse en puertas del Atlántico, que se abrían o se cerraban según fuera el interés. Eran las puertas hacia otros continentes, las de la frontera, las de la fe católica, las del mundo ibérico, las de la esperanza, las de una nueva vida, las de la riqueza, las del dominio colonizador. Anglería, sobre la expedición de Pedrarias Dávila que pasa por Canarias en 1514, afirmaba sobre las islas que “vienen muy bien aquellas islas a los que quieren lanzarse a aquel vasto mar”.

Constituían la frontera, la de los últimos puestos controlados, la de los aventureros, marineros y mercaderes que se proveían de agua, alimentos, leña y también personas, que no dudaban en enrolarse por las expediciones que por ellas pasaban. En El Hierro se estableció el meridiano 0, y así se mantuvo durante siglos, desde el siglo XVII hasta 1884 fue el de referencia, constituyéndose de esta forma en el Finisterre de Occidente, hasta que los británicos impusieron al mundo su meridiano en Greenwich. Las islas fueron puertas en la colonización, ellas fueron ocupadas y colonizadas por Europa antes que otros espacios continentales inmediatos. Sin su existencia apenas se entendería la expansión ultramarina europea, o al menos, hubiera resultado de otra forma. La primera experimentación colonial aunque con características específicas diferentes a las tierras del continente.

A mediados del s. XIX los archipiélagos atlántico africanos de Azores, Madeira, Cabo Verde y Canarias fueron los puntos de apoyo de la expansión del fenómeno fotográfico desde Europa al resto de los continentes. La fotografía llegó muy pronto a nuestros archipiélagos y por ello atesoramos un patrimonio rico y variado, con unas características comunes y diferentes a los patrimonios fotográficos europeos y americanos.

Un patrimonio único y común, el patrimonio fotográfico de la Macaronesia. En esta comunicación analizaremos la evolución de la fotografía en nuestras islas desde 1840 a mediados del s. XX; incidiendo especialmente en la interacción entre la fotografía y las sociedad insulares.

Nota biográfica: Gabriel Betancor Quintana é doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria. Desenvolve ainda atividade como técnico de coleções audiovisuais do Cabildo de Gran Canaria, sendo o diretor do Arquivo Histórico de Fotografia das Ilhas Canárias. É o investigador responsável pelo encontro internacional “Jornadas do Património Fotográfico das Ilhas Canárias”. Publicou meia dúzia de livros e centenas de artigos relacionados com a sua investigação em história moderna e contemporânea e no património fotográfico do Atlântico.



CHAM – Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa FCSH/UNL
Universidade dos Açores UAc

Ilha de São Jorge
Açores, 2024

A responsabilidade pelo conteúdo dos resumos é única e exclusivamente dos autores.

Este livro de resumos não poderá ser reproduzido ou transmitido em qualquer formato ou por qualquer meio, sem autorização prévia da Comissão Organizadora do colóquio “O Atlântico Ibero-Americano (séculos XV a XX). História, Memória e Cultura Visual”.